

**CARTA DOS TRABALHADORES DO SUAS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
EM REPÚDIO À SEGUNDA FASE DE ENTREGA DAS CESTAS BÁSICAS DO
PROGRAMA “ALIMENTO SOLIDÁRIO”**

Nós, Coletivo de Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social do município de São Bernardo do Campo - SP, vimos por meio desta demonstrar nosso repúdio frente a ação de entrega de benefícios alimentícios - cestas básicas - do programa do governo do Estado - Alimento Solidário, conforme divulgação no Jornal Notícias do Município Edição Especial nº 2145 e Edição nº 2153, sendo a 1ª fase de distribuição realizada nos dias 27 e 28 de maio e 2ª fase a ser realizada nos dias 7 e 8 de julho.

Cabe esclarecer que a ação do Alimento Solidário foi realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDS com base nas informações do Cadastro Único do Governo Federal que definiu previamente os beneficiários que serão atendidos, e que coube aos governos municipais apenas organizar e executar a distribuição dos benefícios, não sendo possível a inserção de outras demandas conforme a especificidade do município, além de desconsiderar a capacidade técnica de seus trabalhadores, que acabam atuando como meros distribuidores. A ação realizada dessa forma não equaciona o aspecto quantitativo ao aspecto qualitativo, possibilitando maior probabilidade de erros e inconsistências, que podem gerar na população o sentimento de uma política desorganizada e injusta.

Entendemos que neste momento de pandemia mundial pela COVID-19 a concessão de benefícios alimentícios é de extrema importância, uma vez que muitas famílias tiveram os gastos com alimentos aumentados e não possuem condições de prover as necessidades básicas de alimentação, enfrentando uma situação de insegurança alimentar. No entanto, nos posicionamos em razão do papel que está sendo atribuído aos trabalhadores do SUAS do município de São Bernardo do Campo/SP, de participar diretamente na distribuição destes benefícios, descaracterizando o trabalho social realizado com as famílias em todos os serviços que compõem a rede. Ressaltamos que o método empregado contribui para reforçar o estereótipo historicamente atribuído à política de Assistência Social, de que suas ações são fruto de benesse, ajuda e caridade, e não de direitos sociais conquistados arduamente, após anos de articulação da classe trabalhadora e movimentos sociais.

Ademais, salientamos nossa preocupação quanto à qualidade dos alimentos que compõem estas cestas básicas, pois as cestas estão armazenadas há mais de um mês em local em que não se sabe se possui a infraestrutura sanitária adequada para garantir as condições de consumo dos alimentos. Apontamos ainda, que algumas famílias beneficiadas

na primeira fase se queixaram das embalagens precárias das cestas e das condições dos alimentos perecíveis.

Entendemos a dificuldade para organização da logística da entrega de 26.000 cestas, ainda mais diante da desorganização do Governo do Estado que não entregou as cestas em tempo hábil para a realização adequada da ação e da falta de autonomia do município para gerenciá-la, pois o Programa indica uma lista fechada de beneficiários, sem espaço para manejo técnico da oferta do benefício. Porém, há que se ressaltar que, ainda assim, cabia ao município melhores condições de armazenamento das cestas e a realização da segunda fase de entregas com maior celeridade, garantindo, assim, um atendimento de qualidade à população.

Nos colocamos à favor de uma política de assistência social pautada sob à ótica do direito, sobretudo, num momento de desemprego, ausência de garantias mínimas de sobrevivência e refrações sanitárias que vem recaindo mais uma vez sobre os mais pobres.

Queremos sim, ter a possibilidade de ofertar benefícios como as cestas básicas, mas desde que estas estejam em plena qualidade para consumo, e que haja autonomia por parte dos trabalhadores/as e propriamente da política de assistência social em âmbito municipal para a organização/provimento das famílias atendidas.